

**COMISSÃO DE JURISTAS INCUMBIDA DE ELABORAR PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO
DA GESTÃO GOVERNAMENTAL E DO SISTEMA DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Página 1

1. Data, horário e local

Data	Horário		Local
16/08/2018	Início: 10:00	Término: 17:00	Sala de Reuniões – 13º andar, Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro

2. Objetivos

Discussão da seguinte pauta:

- Sequência dos trabalhos da Comissão de Juristas;
- Estabelecimento de prioridades na redação de projetos de lei e afins.

3. Participantes

Nome	Órgão
Ministro Bruno Dantas	Tribunal de Contas da União (TCU)
Professor Sérgio Guerra	Fundação Getúlio Vargas - RJ
Professor Juarez Freitas	Universidade Federal do RS
Professor Carlos Ari Sundfeld	Fundação Getúlio Vargas – SP (por videoconferência)
Conselheira Marianna Montebello Willeman	Tribunal de Contas do RJ
Iara Beltrão Gomes de Souza	Câmara dos Deputados
Alexandre Melo	Câmara dos Deputados

4. Discussão da pauta

- A reunião foi iniciada às 10h da manhã, com a presença do professor Juarez Freitas e dos servidores da Câmara dos Deputados, Iara Beltrão e Alexandre Melo.
- Durante o período da manhã, estabeleceu-se que seria proposta aos demais membros da Comissão a organização do trabalho que resta a fazer da seguinte forma: retorno às sugestões sumarizadas em julho; realização de audiências; quanto ao mérito, foco em governança digital e desburocratização, fortalecimento das áreas de controle interno nas instituições, avaliação de impacto das decisões administrativas com reforço da motivação, harmonização de propostas pontuais para projetos de lei outros textos normativos, dentre os quais a Lei de Proteção de Dados, Lei de Usuários de Serviços Públicos e o Decreto de Governança Digital.
- Às 12:40, a reunião foi interrompida para o almoço.
- O almoço foi dedicado a um encontro com dois representantes do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio – ITS, Fábio Steibel, Diretor Executivo, e Celina Bottino, Diretora de Projetos, que falaram sobre os últimos avanços em termos de governança digital, em especial na Estônia e na Índia.
- Às 14h a reunião foi retomada, já com a presença dos demais membros da Comissão, à exceção do professor Carlos Ari Sundfeld, que participou por videoconferência.
- O ministro Bruno Dantas, presidente da Comissão, sugeriu que, dentre os assuntos a serem objeto de proposta, seja dada atenção à questão dos acordos de leniência. Em especial, que a Comissão estude a possibilidade de que a pena de declaração de inidoneidade seja trocada por alienação compulsória do controle.

**COMISSÃO DE JURISTAS INCUMBIDA DE ELABORAR PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO
DA GESTÃO GOVERNAMENTAL E DO SISTEMA DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Página 2

- Ainda com relação aos acordos de leniência, o ministro Bruno esclareceu que o Tribunal de Contas da União precisa ser informado das tratativas governamentais, tendo em vista que isso pode impactar a aplicação das sanções. Nesse sentido, o ideal seria a possibilidade de acordo que incluísse todos os órgãos envolvidos.
- Sugeriu-se que seja dado maior destaque ao art. 50 da lei n. 9.784, a fim de robustecer a questão da avaliação das motivações decisórias.
- O presidente Bruno Dantas solicitou ao consultor Alexandre Melo que encaminhe à Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados as ideias e sugestões da Comissão, a fim de que sejam elaboradas no formato de projetos de lei.
- Quanto ao setor de Controle Interno das instituições públicas, a Comissão solicitou que seja feito um levantamento sobre os projetos de lei em tramitação sobre o assunto. Considerou-se a possibilidade de sugestão de uma lei federal que estabeleça normas gerais sobre o funcionamento dessa área. Nesse sentido, a Comissão solicitou ao consultor que avalie se a melhor maneira de estabelecer parâmetros mínimos de funcionamento seria por meio de uma norma isolada ou no bojo de uma lei existente.
- Em termos de princípios organizacionais para o funcionamento do Controle Interno, a Comissão debateu a necessidade de que os cargos sejam ocupados por servidores de carreira com capacitação específica.
- A Comissão debateu também a questão das contratações públicas. A intenção é ampliar o debate sobre regras que induzam o Estado na direção de compras conjuntas com outros órgãos, a fim de que melhores preços e condições possam ser obtidos.
- A reunião foi encerrada às 17h.

5. Próximas atividades / Próxima reunião**Atividade**

Reenvio das sugestões recebidas a todos os membros da Comissão – responsável Alexandre Melo.

Elaboração de sugestões de projetos de lei e outras alterações normativas, de acordo com o que foi debatido na reunião – responsável Alexandre Melo.

Verificar o pedido de prorrogação dos trabalhos da Comissão – responsável Iara Beltrão.

Próxima reunião marcada para o dia 30 de agosto, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.